



A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE MACHADINHA EM QUISSAMÃ/RJ A LUZ DO IMPACTO DA INDÚSTRIA DE PETRÓLEO

NEVES, Rafaela Pinheiro de Almeida
Universidade Estadual Do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
rafaelapaneves@hotmail.com

GANTOS, Marcelo Carlos

552

RESUMO

Este trabalho é uma pesquisa preliminar de mestrado que visa analisar uma dimensão do impacto dos *royalties* de petróleo no município de Quissamã, Rio de Janeiro. Destaca-se aqui o impacto indireto na Comunidade Quilombola de Machadinha promovido pela valorização da paisagem através do fomento de uma política municipal de turismo cultural e suas conseqüências. Embora esse processo gere transformações sociais parciais para aquele grupo, a preocupação deste ensaio está focada no estudo da eficiência e legitimidade dessa política. O debate se centra em entender se a promoção e investimento de recursos provenientes da renda do petróleo no turismo cultural promove efetivamente uma riqueza “alternativa” aos royalties que garanta sustentabilidade e processos de dinamização econômica e social no seio da comunidade quilombola.

Palavras-chave: Comunidade Quilombola de Machadinha, royalties e paisagem

ABSTRACT

This work is a preliminary research masters which aims to analyze a dimension of the impact of oil royalties in the municipality of Quissamã, Rio de Janeiro. Here we highlight the indirect impact Quilombo Community of Machadinha promoted by enhancing the landscape through the development of a municipal policy of cultural tourism and its consequences. Although this process generates partial social transformations for that group, the concern of this essay is focused on the study of the efficiency and legitimacy of that policy. The debate focuses on understanding the promotion and investment of proceeds of oil income on cultural tourism effectively promotes an "alternative" to wealth royalties that ensures sustainability and processes of economic and social dynamics within the quilombo community.

Key-Words: Quilombo Community of Machadinha, royalties, landscape



Comunidade Quilombola de Machadinha a luz do conceito de paisagem

Este trabalho compõe uma pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais (PPGPS) da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF) e do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), por meio do Projeto Territórios do Petróleo. O projeto estabelece como recorte espacial dez municípios petrorentistas, Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes e São João da Barra. Ele propõe uma descrição e análise da situação nestes territórios derivada dos macro impactos oriundos da indústria de petróleo ponderando seus efeitos nos segmentos desfavorecidos da sociedade.

A discussão desse texto, no entanto, envolve duas dimensões, uma referida a análise do impacto indireto dos *royalties* na Comunidade Quilombola de Machadinha em Quissamã, município localizado ao norte do estado do Rio de Janeiro. A outra trata de uma proposta de gestão pública ambiental em fase de implantação inserida no marco do PEA-BC direcionada a gerar processos educativos eminentemente políticos no intuito de mitigar as assimetrias evidenciadas, tanto materiais quanto simbólicas, nos grupos sociais afetados¹ pelo empreendimento em Quissamã. Este território se destaca atualmente no cenário da BC pelos *royalties*, que representam um fator crucial na receita municipal e pela emergência das populações quilombolas como novos atores sociais.

Quando se fala em educação no processo de gestão ambiental, deseja-se a promoção do controle social na elaboração e execução de políticas públicas, por meio da participação permanente dos cidadãos, principalmente, de forma coletiva, na gestão dos recursos ambientais e nas decisões que afetam a qualidade do meio ambiente (IBAMA, 2002, p.9).

A Comunidade Quilombola de Machadinha, nesse contexto, exemplifica tal discussão, porque trata de um espaço onde se insere impactos provenientes da indústria petrolífera, dentre eles os *royalties*, que impulsionaram o desenvolvimento de uma política de turismo cultural, a qual se estabelece sobre a base da configuração da

¹ Quintas, J. S; GOMES, P. M; UEMA, E. E. Pensando e praticando a educação no Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento. Brasília: IBAMA, 2005.



paisagem e seus possíveis significados. Todavia, o que se questiona é a eficiência dessa política, inclusive no que se refere ao déficit na promoção do controle social, tendo em vista de que se trata de volumosas receitas, que podem e devem ser geridas de forma a mitigar as assimetrias geradas pelos impactos do empreendimento petrolífero.

Ampliando o debate, a forma como os fixos estão estabelecidos na paisagem da Comunidade Quilombola de Machadinho influencia diretamente na formação de uma identidade cultural dos negros que ali residem. Contudo, ao se fazer tal postulação não se pretende negar que essa tradicional configuração da paisagem possa ser “inventada”, como bem demonstrou Hall (2006), de forma a servir aos interesses da manutenção do poder de uma elite política que se perpetua no poder (no caso grosso modo, desde o período imperial). Na primeira visita ao campo, constatou-se que a paisagem, remontando ao período da escravidão, gerava na comunidade uma identidade cultural, uma vez que todos ali tinham um passado – real ou imaginado - e um presente em comum.

Nesse caso, o passado é lembrado por meio dos casarões e das senzalas do período colonial que ainda se mantêm erguidas. No entanto, para Hall (2006) a tradição inventada é um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica continuidade com um passado histórico adequado (HALL, 2006, 54).

Essa constatação nos levou a enfrentar diversas questões teórico-conceituais sobre a própria constituição deste caminho, problemas que foram abordados a partir de (questões) como: o que explica que a Casa Grande da Fazenda Machadinho se encontre em ruínas e, concomitantemente, as senzalas se mantenham erguidas e acaloradas. Numa ideia dedutiva poder-se-ia dizer que há a queda do poder político local e a vitória dos negros que sobreviveram a um período “flagelante”, (como afirmou a Secretária de Cultura Rossana Vieira e também os próprios moradores).

Amadurecida essa reflexão, diria mais. No processo trajetivo², (incluir na citação o sentido desse neologismo como conceito) a casa grande em ruínas e as antigas senzalas reformadas, hoje, determinam a paisagem-matriz mais marcante da região, de

²HOLZER, 2008.



onde se constituem novas paisagens-marca, como por exemplo, a criação da Casa de Artes, o Memorial e as novas casas populares na mesma arquitetura das antigas senzalas.

Propôs-se que esse recorte espacial fosse observado como um lugar, onde a tessitura das relações sociais, econômicas e culturais, expressas pelas relações de vizinhança e de parentesco, pelas crenças, pelos mitos, pelo sincretismo religioso, pelas tipologias habitacionais, pela prestação de serviço para a prefeitura, entre outras, refletem uma paisagem cultural. O espaço físico da Comunidade Quilombola de Machadinha, com o casarão em ruínas, as tipologias habitacionais em forma de senzalas, o armazém, a capela, gerou um grupo humano que ainda hoje se apropria de referências físicas e simbólicas derivadas do período da escravidão.

Essa paisagem cultural foi definida a partir dos conceitos propostos por Berque:

A paisagem é uma *marca*, porque exprime uma civilização, mas também é uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – isto é, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza, em outras palavras, com a paisagem de seu ecúmeno (Berque, 2004, 85).

Esse questionamento nos direcionou ao estudo, inicialmente, da arquitetura produzida na área em questão, que tem suas características vinculadas ao período escravocrata. Tais características são geradas por uma paisagem e também a geram, exatamente como Berque propôs em seu sistema marca-matriz.

Buscou-se, então, uma aproximação com o estudo de Philippe Pelletier *in* Holzer (2008) que usou os conceitos de paisagem-marca e paisagem-matriz para entender a modificação da paisagem japonesa com o advento da industrialização. Para ele, a paisagem-marca é sinônimo de paisagem-produto, ou seja, resultado da intervenção humana no ambiente. A paisagem-matriz é sinônimo de paisagem-substância, em outras palavras, é a herança desta paisagem, seu produto nas mentes e nas estruturas espaciais. Nesse sentido, a imagem juntamente com a percepção das imagens presentes no inconsciente coletivo têm um papel importante na formação de novos assentamentos (PHILIPPE PELLETIER *apud* HOLZER, 2008, 57).



A paisagem está carregada de sentidos e investida de afetividade por aqueles que vivem nela ou que a descobrem. Então, a questão que se coloca não diz respeito à maneira como as paisagens originais nasceram, mas à maneira como são percebidas e valorizadas hoje. Como adverte os autores abaixo:

A complexidade do significado ligado às paisagens que observamos para incorporar as expressões dos modos de vida do passado, assim como do presente, exige estudo empírico detalhado [...] Os meios de incorporação do espaço aos códigos simbólicos através da produção cultural também constituem tarefas para a geografia cultural. Como poder simbólico na sociedade de classes, a ideologia se apropria e reproduz o espaço para legitimar e sustentar a dominação de classes. (COSGROVE e JACKSON, 2011, 128).

O complexo de Machadinho um conjunto que envolve o casarão em ruínas, as antigas senzalas reformadas, a capela, o armazém reformado, a Casa de Artes, o Memorial – propiciam uma discussão sobre a paisagem e a cultura, envolvendo a relação entre arquitetura e paisagem que expressa o que Berque denominou de “a natureza trajetiva do meio”, no qual onde diversas escalas temporais coexistem metaforicamente em toda a realidade, onde a paisagem é a manifestação sensível de uma determinada escala do espaço. Esta relação estabelece uma unidade entre sujeito e objeto, unidade na qual a realidade não pode ser pensada nem como objeto nem como sujeito, mas como trajeto perpétuo entre os dois termos, trajeto implicando concomitantemente uma causalidade sequencial (objetiva) e uma qualidade projetiva (metafórica) (BERQUE apud HOLZER, 2008, 162).

Dentre os múltiplos olhares que se voltam para a transformação da paisagem, processo que ocorre na Comunidade de Machadinho, a perspectiva da natureza trajetiva do meio permite um ponto de vista que se utilize com rigor do método fenomenológico. Esse enfoque nos remete para o seguinte aspecto:

O passado pode ser inventariado a partir dos vestígios arquitetônicos. A paisagem está repleta de artefatos. Ela própria é uma composição, e justaposição, de artefatos, que são repositórios de história e memória. A paisagem pode nos informar sobre a paleopaisagem, cuja estrutura se matem, ajudando-nos a identificar os vestígios materiais que fazem parte da memória local. Aqui a história cumpre seu papel de nos



informar no momento atual as principais referências que o passado nos legou (HOZER, 2008, 162).

Ao observar as imagens da paisagem de Machadinho (Imagem 2), sublinha-se que o estudo dos artefatos edificados, ou seja, da arquitetura, era insuficiente para a compreensão do relacionamento intersubjetivo desta com outros elementos (por exemplo, – o sincretismo religioso, o terreiro de umbanda em frente a capela de Santo Antônio e Nossa Senhora do Patrocínio, o jongo³, as festas da comunidade). – sendo estes confrontados com os fixos (pré)estabelecidos: o casarão, as antigas senzalas, a capela, uma vez que foram criados com finalidades diferentes das que possuem hoje, em alguns casos, com finalidades contrárias.

Trata-se da paisagem vernacular, da qual Lewis *apud* Holzer (2008) define como “a das pequenas ocorrências, do cotidiano, dos fatos guardados na memória, das versões, dos vestígios, que vão permitir uma aproximação com a paisagem onde palpita o mundo vivido dos que lá estão e dos que lá estiveram. Ele nos fala da trajeção” (HOLZER, 2008, 163).

As diretrizes propostas para análise enfatizam a descrição das trajeções que podem ser observadas na paisagem. Nesse percurso, entende-se trajeção como apreensão das concepções relativas aos lugares onde as pessoas vivem, a natureza da qual são familiares e as paisagens que observam e modelam. Ela – a trajeção - se refere ao constante movimento, à dialética entre a ação humana e o ambiente, enfocada a partir da produção dos edifícios e dos assentamentos na paisagem. Essa dinâmica é tida como o movimento reversível de dar forma ao mundo, na apropriação recíproca de um povo e um país, da humanidade e da Terra (HOLZER, 2008, 164)

Um primeiro momento de trajeção pode ser apontado no período da escravidão, no qual as atividades econômicas⁴ estavam concentradas na produção agrícola, sobretudo, da cana-de-açúcar. Herdeiros de uma elite agrária constroem em Machadinho um engenho de açúcar junto com a residência dos senhores e as senzalas. Nesse período,

³O jongo é percebido como uma forma de expressão poética, musical e coreográfica, praticado por comunidades localizadas na Região Sudeste que se identificam como herdeiras dos negros escravos. Na realização do jongo forma-se uma roda de dançarinos e em seu centro um solista (jongueiro) puxa os cantos (pontos), respondidos em coro pelos participantes.

⁴Refere-se as atividades econômicas porque elas permitem que se observe momentos em que ocorreram sucessivas trajeções.



as senzalas – moradia dos escravos – representavam um lugar de dominação, de desconforto, sendo apreendida como o símbolo da escravidão. Em contrapartida, o casarão – moradia dos senhores de engenho – representava o poder de uma elite agrária, que mantinha o seu status por meio do trabalho escravo. A capela, o símbolo do catolicismo, era uma forma de catequizar os escravos.

Com o passar do tempo, o engenho é desativado no ano de 1877, por ter entrado em funcionamento o Engenho Central. Em 1936 a, então, Fazenda Machadinho é vendida para o dono do Engenho Central e a casa grande passa a ser a casa do administrador e as senzalas servindo de moradia para os trabalhadores da usina.

Ainda hoje, convivem naquele mesmo espaço esses mesmos fixos citados acima, juntamente com outros objetos criados. Contudo, a funcionalidade e a intencionalidade não são as mesmas. Mas a antiga matriz e suas marcas persistem numa paleopaisagem e numa arquitetura vernacular que mantêm graças a identidade cultural que a comunidade possui com relação aquele espaço. Tanto a paisagem quanto as edificações, consideradas aqui como as antigas senzalas, o casarão em ruínas, a capela, são relíquias que expressam mais do que o modo de vida dos que ali habitavam. Elas expressam o modo como essas pessoas pensavam, se relacionavam com o seu mundo, como se comunicavam entre si e com outros assentamentos. Permite que, a partir da descrição e análise dos artefatos, se observe a natureza trajetiva da paisagem.

Compartilha-se do ponto de vista de Hall que a identidade:

[...] plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, 13).

Em outras palavras, a identidade é algo formado, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre em processo, sempre sendo formada. Nesse



sentido, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento (HALL, 2006, 38).

A paisagem cultural que se tem no século XXI em Machadinha manifesta a identidade de um grupo humano e isso se ratifica por meio dos tipos de casas, pela predominância da etnia negra, pelas danças, pela culinária típica como o “mulato velho” - a feijoada dos escravos - e até mesmo pelo sincretismo religioso e o bater de tambores nos terrenos e, enfim, pela identidade cultural presente na população.

Um dos trabalhos de campo realizou-se no dia da festa de Preto Velho que ocorre no dia 13 de maio. Pode-se perceber toda dinâmica da comunidade para a elaboração da festa. Cabe ressaltar que não houve interferência da Prefeitura, era uma festa simples e organizada totalmente pelo grupo humano residente na área. Preparou-se uma culinária típica, chamada de feijoada dos escravos, que foi distribuída para todos que quisessem e comparecessem na festa a noite. Trata-se de uma festa tradicional em Machadinha, que vem ocorrendo ao longo do tempo, o que expressa mais uma vez a identidade com a cultura negra.

Essa [identidade cultural] é sublinhada ao conversar com os moradores⁵ desta comunidade, uma vez que expressam o orgulho de sua cultura, de seu modo de vida, o sentimento de pertencimento pelo lugar de origem, o sentimento despertado pelo espaço apropriado, da convivência e da felicidade, que se contrapõe ao espaço indiferente, abandonado à medida do geômetra. Os lugares vividos e do bem-estar são abrigos, aposentos e refúgios. Comumente, as pessoas tendem a entender o canto do mundo no qual habitam como o único favorável, sem pretensão alguma de adotar um estilo de vida pós-moderno. Neste sentido, com aspectos positivos e negativos, o que está distante de seu espaço vivido tem pouco ou nenhum valor (MELLO, 2001, 88).

Isso faz da Comunidade de Machadinha um lugar único, onde as pessoas se orgulham de um passado opressor e dolente, que cantam nos jongos a força de seus antepassados de lutar e expressar os valores culturais trazidos de seus países de origem e

⁵Esse sentimento de pertencimento ao lugar se revela a cada discurso dos moradores, como se observa na frase de Seu Ignácio da Silva “Machadinha é a minha vida, daqui só saio *pro* cemitério [...] amo esse lugar e já estou aqui por volta dos trinta anos e nunca tive vontade de sair, quando os homens da prefeitura reformam aqui, quiseram botar a gente lá pra Penha, mas a gente não aceitou não, nem sair daqui por uns tempo” (Entrevista aos moradores).



até mesmo contra um sistema devastador como o da escravidão. Com o decorrer dos séculos, suas heranças culturais se mantêm presente, a peculiaridade de conservar o patrimônio material e imaterial do período da colonização regional do município de Quissamã. Cosgrove sublinha que:

Nos estudos culturais, a história é substituída pelo *passado*, pela *memória*, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como os fenômenos vividos e significativos. Uma série de estudos recentes, tanto na geografia cultural quanto na própria história, revelou o grau em que a memória é social, tanto quanto individual: “as relações sociais da memória [são] a memória das relações sociais”, e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar. [...] então os momentos do tempo têm uma flexibilidade e arbitrariedade similares, alcançando uma significação e uma conexão através dos espíritos que os habitam (COSGROVE, 1999, 23 e 24)

Essa discussão nos mostra que a paisagem é um gênero de espaço produzido, representado e vivido e que a produção da paisagem não pode ser divorciada do modo e do objetivo da representação desta (SARMENTO, 2008, 132). Logo, esse exercício de interpretar a paisagem-marca e a paisagem-matriz torna-se fundamental para entender como se delineou o modo de vida num determinado lugar em cada período de tempo, como salienta Paulo César da Costa Gomes:

As representações criam seus sistemas, quadros próprios, carregados das tintas de cada momento e embebidos nos contextos de cada lugar ou grupo social. As representações expressam escolhas a partir de princípios de significação que lhes são próprios e também transitórios, ambíguos e polimorfos, ou, como gostamos de dizer atualmente, complexos. Quando discutimos a partir de obras de arte, sejam elas pinturas, mapas, fotografias etc., devemos indagar o universo mesmo dessas representações e não nos voltarmos para uma pretensa realidade da qual essas representações se aproximariam ou se afastariam (GOMES, 2008, 193), (grifos nossos).

Dessa forma, enquanto as marcas visíveis representam o objeto da geografia e precisam ser descritas sob critérios fisionômicos para o registro, os elementos culturais



invisíveis, como a cultura e a religião (que não pertencem à natureza da paisagem), apenas serão contemplados para explicar e analisar a paisagem (SEEMANN, 2004, 68).

Breve histórico dos royalties e da Participação Especial

Este estudo se dispõe a analisar as implicações da indústria do petróleo relacionadas às perdas e ganhos na Comunidade Quilombola de Machadinho, no município de Quissamã, por abrigar tais investimentos. Este município apresenta uma súbita riqueza originada pelo pagamento volumoso de royalties e participações especiais.

Este estudo embora pouco explorado no conjunto da literatura voltada ao setor petrolífero, tem se manifestado como uma preocupação cada vez em maior número das solicitações ao corpo técnico das administrações públicas locais e de institutos de pesquisa para a realização de estudos e diagnósticos sobre os impactos provocados pela implantação das atividades do setor que possam subsidiar políticas de desenvolvimento local (PIQUET, 2007, 15).

Os *royalties* são uma compensação financeira prevista em lei, a Lei 7.478/97, conhecida como Lei do Petróleo, que revoga a Lei 2.004/53 e cria a Agência Nacional do Petróleo (ANP), aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos de administração direta da União, pelo resultado da exploração de petróleo e gás natural, pelas empresas. É uma remuneração feita mensalmente à sociedade pela exploração desses recursos, que são escassos e não-renováveis.

A participação especial, prevista no artigo 50 da Lei do Petróleo, é uma participação adicional aos royalties incidente sobre os campos com grandes volumes de produção ou grande rentabilidade. Diferentemente dos royalties, cuja base de cálculo é a receita bruta e a periodicidade mensal, a Participação Especial incide trimestralmente sobre o lucro do campo, sendo permitido deduzir, na apuração de tal lucro, os itens previstos no parágrafo primeiro do artigo 50 da Lei do petróleo (GUTMAN, 2007, 38).

As normas de distribuição das rendas petrolíferas demonstram que em função da presença de um forte determinismo físico nas regras de rateio dessas rendas vem sendo forjado um quadro de elevada concentração espacial de receitas públicas nas regiões petrolíferas nacionais. A Lei 7.523 de 22 de julho de 1986 define com maior precisão a



categoria de beneficiários confrontantes. Estes seriam os estados, territórios e municípios contíguos à área marítima delimitada pelas linhas de projeção dos respectivos limites territoriais até a linha de limite da plataforma continental, onde estiverem situados os poços (SERRA, 2007, 78 e 86).

O autor critica a ausência de critérios para rateio dos royalties, constituindo-se num desafio imposto aos municípios impactados pela atividade petrolífera é aplicar suas rendas advindas do petróleo em investimentos que minimizem a tendência de esvaziamento econômico, quando do esgotamento das jazidas. Desafio que, por mais condicionado que esteja a determinações políticas, pode ser minimizado a partir da introdução de critérios para rateio dessas rendas entre os municípios que, em algum grau, sejam subsidiados por avaliações periódicas sobre a efetiva aplicação desses recursos (SERRA, 2007, 103)

Seguindo mais de perto as contribuições de Serra:

Observa-se que das extremidades de cada município litorâneo partem dois pares de retas. Esses pares representam dois tipos distintos de projeções marítimas dos limites municipais: as projeções ortogonais e as paralelas. O par de retas representando as projeções dos limites ortogonais que partem de determinado município garante geometricamente que os poços localizados em seu interior tenham o mesmo município como o território continental mais próximo. Tal solução não atende, absolutamente, a qualquer fundamento econômico para repartição das indenizações entre os municípios. Isto porque não há, a princípio, qualquer relação entre a distância física que separa o poço petrolífero e o município confrontante e a intensidade da presença de capitais petrolíferos nos municípios beneficiários (SERRA, 2007, 86).

Dessa forma, a legislação brasileira referente à distribuição dos royalties se apresenta extremamente generosa com os municípios que abrigam empreendimentos do setor. Os cofres públicos desses municípios nada têm a reclamar, pelo contrário, têm a agradecer. A questão que se levanta é em relação às demandas e exigências dirigidas às administrações públicas locais que aplicam de modo inadequado esses fartos recursos que lhes são repassados, sem que representem melhorias para a população e sem um efetivo controle quanto ao meio ambiente.

Ampliando essa discussão, Piquet (2012) salienta que:



Há também um baixo grau de interesse sobre a importante questão da distribuição das rendas petrolíferas (*royalties* e participações especiais). Se entre 1986 e 1997 esse debate não despertou interesse, ficando restrito às regiões produtoras, por ser diminuta a ordem da grandeza das cifras envolvidas, com a lei do Petróleo de 1997 o panorama foi radicalmente alterado. A multiplicação das rendas petrolíferas, patrocinada pelo novo dispositivo legal, praticamente “inundou” certos municípios com os pagamentos de *royalties* e *participações especiais*. Mesmo assim o tema continuou a não receber atenção proporcional a sua importância, indicando haver grande distância entre a relevância da matéria e o alcance do debate. A indústria de petróleo e gás, entretanto, é capaz de produzir alterações significativas na especialização da riqueza nacional e deflagra dois tipos de impactos nos territórios em que se localiza: os diretamente ligados à atividade industrial e os que decorrem do recebimento das compensações financeiras pagas, pois a legislação brasileira define como “produtor” todo município que seja confrontante com poços em operação no mar, mesmo que não tenha em seu território nenhum equipamento da indústria do setor. Contudo, a natureza de seus impactos será distinta caso a exploração seja desenvolvida em terra ou no mar, em regiões ínvias ou já ocupadas; se pertencentes ao segmento de exploração e produção (E&P) ou do refino (PIQUET, 2012, p. 247 e 248).

Os *royalties* são tidos como um impacto positivo, para dotar os orçamentos públicos com recursos passíveis de serem destinados a um conjunto de ações voltadas ao enfrentamento de problemas gerados pela indústria e ao desenvolvimento do Estado e municípios. Por se tratar de volumosos recursos financeiros, uma destinação feita de forma incorreta pode gerar sérios impactos, como cooptação, clientelismo, corrupção e cultura provinciana (GUTMAN, 2007, p. 36). Serra e Gobetti (2012) corroboram essa discussão:

É possível, contudo, considerar alguns argumentos em favor de algum benefício especial às unidades da Federação onde estão concentradas as atividades petrolíferas: a maior parte dos impactos imediatos (socioeconômicos e demográficos) do desenvolvimento da atividade petrolífera são sentidos pelas regiões produtoras, embora também haja impactos positivos, como a ampliação do emprego e da base tributável local; as regiões produtoras podem enfrentar maiores necessidades de investimento em infraestrutura ou incorrer em custos ambientais decorrentes das atividades petrolíferas (SERRA E GOBETTI, 2012, p. 175 e 176).



Considerando a legislação petrolífera, há critérios intergeracionais para a aplicação dos royalties, o que gera a necessidade de colocar o assunto em evidência e promover espaços de discussão do tema. Esses devem ser aplicados em projetos de três dimensões, que preparem o município e as gerações futuras para quando o petróleo terminar, que gerem riqueza alternativa de modo sustentável para substituir a riqueza exaurida e que contribuam para a justiça intergeracional (PETROBRÁS, 2012, 50).

Serra (2007) concorda esses critérios:

Nossa posição culmina na defesa de uma interpretação desses instrumentos como financiadores de políticas de promoção da justiça intergeracional, dado que sua incidência recai sobre a extração de um recurso finito. Sendo este nosso posicionamento, a esfera central de governo seria aquela capaz de coordenar e operar, com vantagens em relação às esferas de governo subnacionais (GSNs), políticas de promoção de justiça intergeracional, como, por exemplo, a montagem de um fundo para financiamento de P&D no campo das fontes alternativas de energia (SERRA, 2007, 78).

A Comunidade Quilombola de Machadinho a luz dos impactos da indústria do petróleo

A Comunidade Quilombola de Machadinho passa a ter visibilidade e assim ser denominada com o advento dos royalties do petróleo no município de Quissamã. Todavia a questão intrigante era se usar os royalties para forjar uma identidade cultural quilombola é uma forma de emancipação ou de torná-la ainda mais subserviente ao poder público local (família Carneiro da Silva), que como já foi dito anteriormente, se mantém no poder, grosso modo, desde o período colonial.

A paisagem, então, se torna uma acumulação material, o que está relacionado a uma nova visão de cultura. A cultura não constituiria um domínio fechado, mas uma indústria. É no campo do dinheiro e das mercadorias e na circulação do capital que devemos tentar desvelar a complexidade da cultura. Embora, ela não se reduza ao dinheiro e ao capital, apenas, é considerada um sistema de poder. (SARMENTO, 2008, 133). As palavras abaixo de Cosgrove evidenciam uma possibilidade que representa a questão da elite Carneiro da Silva:



O estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder. Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto, às vezes, é chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político (apesar de eu me concentrar nisso), mas também em termos de sexo, idade, etnicidade (COSGROVE, 2004, 105).

Nesse contexto, Mello explana que os agentes do poder, em detrimento de seus próprios interesses, eriam símbolos ou mesmo apropria-se daqueles já existentes, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias:

o Estado e os grupos dominantes constroem artérias, parques e monumentos em diversas escalas, bem como inventam rituais que possam perpetuar sua relevância e um passado de glórias. Esses e outros emblemas manifestam-se como veículos de ações do poder constituído e manutenção do *status quo*, contribuindo, igualmente, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias. Trata-se, por seu turno, de uma maneira de as elites ratificarem o papel dos símbolos por elas criados ou mesmo apropriados. A memória pública, por sua vez, impregnada pela ideologia oficial, envolve-se em meio à emoção, aderência e posse, assimilando e comungando com os símbolos impostos. Mas as determinações oficiais do capital não restringem as nossas experiências no espaço e no lugar. Nesse contexto, os indivíduos e os grupos sociais, por vezes, reagem, recriando com sabedoria, simplicidade ou mesmo galhofa novos significados. A academia tem negligenciado esse canal relevante para a compreensão do entendimento desse saber popular, no qual os mundos vividos surgem dessa construção intelectual que deriva de nossas relações de posse com os artefatos. Mas a força vernacular floresce e ecoa, consagrando a memória simbólica dos lugares (MELLO, 2008, 174).

Mello salienta alguns símbolos da cidade do Rio de Janeiro, como o Corcovado, o Cristo Redentor, os Arcos da Lapa e Copacabana, analisando-os enquanto símbolos oficiais e vernaculares. Mostrando que manter os símbolos, significa manter o poder. O Cristo Redentor, por exemplo, deriva de uma ambição da Igreja Católica, temendo perder privilégios políticos, revela a “legitimação para o fortalecimento da Igreja na



República”. Mas para o senso comum é um símbolo do Rio de Janeiro que de braços abertos parece abençoar a cidade, configurando fraternidade e amparo (Mello, 2010, 268).

Assim acontece com as antigas senzalas e o papel das elites Carneiro da Silva e Queirós Matoso em Machadinho/Quissamã, aproveitando-se destas (paisagem-marca) um símbolo da escravidão para servir aos interesses da manutenção do poder de uma elite política que perpetua-se hegemonicamente, grosso modo, desde o período imperial. As posições adotadas pela Prefeitura - tê-los deixado ali mesmo com o fechamento da usina, uma vez que as antigas senzalas eram usadas como casas para os trabalhadores da usina juntamente com seus familiares; reformar as senzalas e ainda oferecer benefícios financeiros e serviços prestados a Prefeitura Municipal de Quissamã, além de fazer dessa paisagem um atrativo para o turismo cultural – ratificam esse ponto de vista.

Em 2008, a Prefeitura reformou as senzalas, ampliou alguns cômodos e até construiu banheiros, porque até este marco os moradores faziam suas necessidades fisiológicas no canal da antiga usina de Quissamã. Além disso, contrata os dançarinos de jongo para apresentarem o ritual em eventos públicos ou até mesmo fora do município. Sem contar, com a criação de uma empresa de limpeza de rua, do restaurante, do armazém e do memorial com o intuito de não se ter naquele espaço um elevado índice de população economicamente inativa como em pouco tempo atrás, com o fechamento da usina⁶.

Fala-se então em uma tradição inventada, normalmente regulada por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tentasse estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBOWN, 1994, 10).

Nesse contexto, a configuração da Comunidade Quilombola de Machadinho é bastante curiosa: ela se implanta sobre duas matrizes. Encontra-se na paisagem uma antiga casa de fazenda em ruínas que simboliza a (aparente) queda do poder da elite

⁶ Informações obtidas através das entrevistas realizadas aos moradores da Fazenda Machadinho e a Secretária de Cultura, Rossana.



agrária local. Ao mesmo tempo em que se têm ali, as antigas senzalas reformadas e acaloradas devido, sobretudo, a identidade dos negros com aquele lugar.

Dessa forma, não se pretende negar neste ensaio que há uma cultura peculiar que a faz diferente do município como um todo. Mas a forma que se tem gerido os processos políticos de desenvolvimento local, a hipótese defendida é de que essa comunidade possui baixo nível de organização, de informação e de autonomia política, razão pela qual é presa de um discurso clientelista e paternalista proveniente do poder público local que bloqueia o discernimento desses sujeitos políticos e o acesso às instâncias e processos democráticos de participação cidadã e controle social dessa renda. Procura-se assim contribuir a elucidar o problema e, por meio da educação ambiental crítica, contribuir a mitigar os impactos negativos da aplicação da renda petrolífera no território Quilombola de Machadinho.

Acredita-se que para reverter a situação acima é necessário um maciço trabalho educativo apoiado numa intensa reflexão republicana que destaque a importância da participação social qualificada como movimento que permite fazer com que a comunidade avance no exercício democrático das formas instituídas de controle social, ou seja, que colabore para que a comunidade se qualifique e integre politicamente e participe de forma mais ativa na vida pública dos municípios.

Isso pode ser potenciado fortalecendo estratégias de educação ambiental aplicadas à gestão pública local. Uma proposta de intervenção educativa que se caracteriza, nesse aspecto, como uma influência do movimento que vê a educação como elemento de transformação social, inspirada no fortalecimento do exercício da cidadania, voltada para a superação dos conflitos ambientais mediante o exercício crítico e ampliado da cidadania como princípios fundamentais para a superação dos diversos problemas decorrentes do impacto ambiental da indústria do gás e petróleo na Bacia de Campos.

A opção política pela aplicabilidade dos royalties levou a um conjunto de transformações nesse objeto de estudo, destacando-se a restauração e ampliação das senzalas, implementação de alguns projetos, como o “Raízes do Sabor”, a formação de um grupo de jongo e fado para as apresentações públicas. Lifschitz (2011) afirma que:



O projeto [Raízes do Sabor] consistiu em “recriar” a comida típica dos escravos. Partindo de uma bricolagem em que se combinavam algumas receitas simples [...] foram-se incorporando ingredientes e temperos de geografia local até conseguirem elaborar um verdadeiro “repertório da gastronomia dos escravos”. As comidas que resultaram dessa colagem cultural podem ser degustadas na própria Machadinho, em visitas de turismo cultural, festividades e eventos organizados pela Prefeitura. O projeto foi eleito pela UNESCO um dos dez melhores do estado. [...] Em 2005, a Prefeitura contratou uma ONG para preparar um grupo de fado e jongo da comunidade para as apresentações públicas. O grupo tinha sido organizado pela própria ONG a partir dos saberes de alguns moradores, como dona Cheiro e seu Tidio. [...] Surge assim o jongo de Machadinho, com aproximadamente 30 componentes, três tambores e uma clivagem geracional significativa: do grupo fazem parte a antiga geração e um conjunto de aproximadamente quinze adolescentes. (LIFSCHITZ, 2011, p.130, 131).

Quissamã apresenta algumas nuances obscuras ao se tratar da administração dos *royalties* de petróleo. Embora a receita orçamentária renda per capita de Quissamã seja a mais alta dos municípios petrorentistas abordados pelo Projeto NEA-BC (Tabela 1), a realidade econômica dos moradores de Machadinho se distancia abruptamente desse montante. Além da concentração de terras e renda serem fatores comuns ao município.

TABELA II - RELAÇÃO RECEITA ORÇAMENTÁRIA X POPULAÇÃO X RECEITA PER CAPITA - 2010			
Cidade	Receita Total (R\$ milhões)	População	Receita per capita
Arraial do Cabo	R\$ 91.000.000	28.010	R\$ 3.248,84
Búzios	R\$ 161.356.372	28.279	R\$ 5.705,87
Cabo Frio	R\$ 610.972.877	190.787	R\$ 3.202,38
Campos dos Goytacazes	R\$ 2.044.461.698	468.087	R\$ 4.367,70
Carapebus	R\$ 80.236.161	13.697	R\$ 5.857,94
Casemiro de Abreu	R\$ 218.093.488	36.360	R\$ 5.998,17
Macaé	R\$ 1.604.548.765	212.433	R\$ 7.553,20
Quissamã	R\$ 212.608.348	20.747	R\$ 10.247,67
Rio das Ostras	R\$ 602.864.574	110.992	R\$ 5.431,60
São João da Barra	R\$ 339.231.831	33.136	R\$ 10.237,56

Fonte: elaboração própria.

Destaca-se ainda que a receita orçamentária quissamaense possui uma dependência de aproximadamente 56% (Tabela 2), no período entre 1999 e 2011, dos recursos provenientes dos *royalties* de petróleo.



1º	65,5%	Rio das Ostras
2º	63,0%	Campos dos Goytacazes
3º	56,3%	Quissamã
4º	55,7%	São João da Barra
5º	52,7%	Carapebus
6º	48,3%	Casemiro de Abreu
7º	45,0%	Macaé
8º	44,6%	Búzios
9º	39,1%	Cabo Frio
10º	16,1%	Arraial do Cabo

Fonte: elaboração própria.

Os dados acima apenas reflete a necessidade de diversificação econômica e a ineficiência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de riquezas que gerem uma alternativa aos petrodólares, como é o caso da política de turismo cultural explorada na Comunidade Quilombola de Machadinha.

BIBLIOGRAFIA

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 84-91.

COSGROVE, Denis. Geografia cultural do milênio. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, 17-48.

_____, A geografia está em toda parte. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. 2º ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, 92-106.

COSGROVE, D. E. e JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Introdução à geografia cultural*. 5º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011, 135-146.

GOMES, Paulo César da Costa. Cenário para a geografia: sobre a espacialidade das imagens e suas significações. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 187-210.



GUTMAN, José. Participações governamentais: passado, presente e futuro. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo. (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 35-76.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOBSBAWM, Erick; RANGER, Terence. (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLZER, Werther. A trajeção: reflexões teóricas sobre a paisagem vernacular. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 155-172.

IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente. *Como o Ibama exerce a educação ambiental*. Coordenação geral de educação Ambiental – Brasília: edições IBAMA, 2002.

LIFSCSHITZ, Javier Alejandro. *Comunidades tradicionais e neocomunidades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MELLO, João Baptista Ferreira de. “Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-Fu Tuan. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Matrizes da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, 87-101.

_____. Simbólicas datas. In: CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL; Zeny. (orgs.). *Temas e caminhos da geografia cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 261-276.

PETROBRÁS, *Relatório final do diagnóstico participativo do PEA-BC*. Rio de Janeiro: SOMA, 2012.

PIQUET, R. Indústria do petróleo e dinâmica regional: reflexões teórico-metodológicas. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 15-34.

Quintas, J. S; GOMES, P. M; UEMA, E. E. *Pensando e praticando a educação no Processo de Gestão Ambiental: uma concepção pedagógica e metodológica para a prática da educação ambiental no licenciamento*. Brasília: IBAMA, 2005.

SARMENTO, João. “Temas diversos David Harvey e a geografia cultural”. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (orgs.). *Espaço e cultura: pluralidade temática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008, 107-154.



SEEMANN, Jorn. A morfologia da paisagem cultural de Otto Schlüter: marcas visíveis na geografia cultural? In: *Espaço e Cultura*, v.1, n. 17-18. Rio de Janeiro: UERJ, jan-dez 2004, 65-75.

SERRA, R. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobre financiamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, Rosélia; SERRA, Rodrigo (orgs). *Petróleo e região no Brasil. O desafio da abundância*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007, 77-110.